

# NOTA DA **FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE** À **16ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE**

**A** Frente Nacional contra a Privatização da Saúde (FNCPs) composta por diversas entidades fóruns de saúde, movimentos sociais, centrais sindicais, sindicatos, partidos políticos e projetos universitários, tem por objetivos: defender o SUS público, estatal, sob administração direta do Estado, gratuito e para todos; lutar contra a privatização da saúde; e defender a Reforma Sanitária formulada nos anos 1980.

Entendemos que o momento em que ocorre a 16ª Conferência Nacional de Saúde (16ª CNS) é desafiador do ponto de vista da necessidade de organização da resistência em defesa, não só do Sistema Único de Saúde (SUS), mas da Seguridade Social e dos direitos sociais em geral. Capitaneados pelo governo do presidente Jair Bolsonaro, expressão do que há de mais atrasado, conservador e reacionário na sociedade brasileira, a classe trabalhadora sofre brutal ataque contra seus direitos, alvo direto da política ultraliberal deste governo. O pacote de maldades é imenso e as tarefas de organização política para barrar os retrocessos se avolumam.

Destaca-se aqui o Decreto nº 9759/19 assinado pelo presidente Jair Bolsonaro que eliminou a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social, extinguindo diversos conselhos com atribuições de formulação e acompanhamento das políticas públicas. Ainda que limitados, os conselhos de direitos e políticas são espaços extremamente necessários para o exercício do controle democrático, portanto, precisam ser ampliados e aperfeiçoados. Ao mesmo tempo, precisamos fortalecer a organização social na sua base, através dos movimentos sociais que representam os interesses da classe trabalhadora.

O que já se mostrava um cenário desafiador com a aprovação da Emenda Constitucional EC 95/2016 que limitou os gastos com as políticas sociais, constituindo um grave ataque à Seguridade Social que se agrava com a PEC 06/2019 do governo Bolsonaro, referente à Reforma da Previdência, que significa sua destruição. Se aprovada, será um retrocesso sem precedentes, porque visa reduzir os

valores das aposentadorias públicas, ampliar a idade mínima e o tempo de contribuição das mulheres, como forma de retardar o acesso à aposentadoria ou forçar trabalhadores a contratarem planos de previdência privada de capitalização, nicho de lucros para os bancos privados. A desvinculação da previdência social enquanto direito constitucional representa um desastre, deixando milhões de trabalhadores e trabalhadoras à mercê do mercado financeiro.

Os impactos para a saúde serão drásticos, refletindo diretamente na população, que com piores condições de vida, precisará ainda mais das ações de saúde pública. Além de aprofundar os processos de privatizações e a expansão dos planos privados de saúde, em curso desde os anos 1990, o rompimento com o princípio de cidadania presente na Constituição de 1988, implicará na destruição do SUS devido à separação das fontes de financiamento. Permeando esse processo de destruição, ocorre o fortalecimento do modelo biomédico de assistência à saúde, com ênfase na medicina e suas especialidades e fortes vínculos com as empresas farmacêuticas, indústrias médico-hospitalares, redes privadas de apoio diagnóstico e sistema financeiro nacional e internacional que são extremamente potencializados nas propostas do atual governo.

Dentre os muitos retrocessos em curso, podemos destacar as mudanças nas políticas de cuidado em Saúde Mental e às pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas. Estas acabam por eliminar os princípios das reformas sanitária e psiquiátrica, promovendo cuidado centrado na internação em hospitais psiquiátricos, comunidades terapêuticas e passando a promover a abstinência como principal foco em substituição a política de redução de danos e criação de uma rede de serviços substitutivos. Hoje temos uma política que explora a internação e a privação de liberdade, amplia financiamento com serviços privados, rompe com o princípio de cuidado laico uma vez que as comunidades terapêuticas estão vinculadas a instituições religiosas, rompem com a perspectiva de direito à cidadania e, muitas vezes, à vida.

**O**tro ataque à saúde refere-se a Atenção Básica, diretamente inspirada nas propostas do Banco Mundial que preconiza uma Atenção Básica focalizada, que avança em direção ao modelo de cobertura universal, rompendo com os princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS. Neste governo também ocorre o aprofundamento da precarização do trabalho, a redução de salários e a perda de direitos por parte dos trabalhadores da saúde, além de serem apontados como os responsáveis pela falência da assistência à saúde e identificados como culpados pela interrupção dos serviços quando em luta por condições de pleno exercício profissional e defesa da saúde pública; dentre outros.

Partindo do entendimento de que a saúde é determinada socialmente, precisamos identificar e atuar nas suas múltiplas determinações, como o crescimento da desigualdade nas grandes cidades, o aumento da violência contra a classe trabalhadora, a morte da juventude negra nas periferias, os impactos ao meio ambiente, o

uso indiscriminado de agrotóxicos, transgênicos, antibióticos na produção de alimentos, os problemas de discriminação e violência contra mulheres, população negra, povos originários, população do campo, das florestas das águas e LGBTQI+. Somente a articulação da luta dos diversos movimentos sociais será capaz de garantir esse enfrentamento.

Mais do que nunca a proposta do Projeto de Reforma Sanitária precisa estar no ideário da população usuária do SUS, pois ele pode fortalecer a universalidade, a descentralização, a participação popular e o controle social. O reforço deste ideário e a defesa da Seguridade Social deve perpassar por todo o processo de realização da 16ª Conferência Nacional de Saúde para resistir aos retrocessos.

Nesta direção consideramos fundamental a defesa de propostas na Conferência que contemplem as demandas do povo brasileiro na saúde e que defendam o SUS como um projeto estratégico para consolidação dos nossos direitos sociais e para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

## Propostas para os Eixos ►

### | Eixo 1 | Saúde como Direito ►

► **Garantir incondicionalmente o Sistema Único de Saúde (SUS)** público, 100% estatal, universal, de qualidade e sob gestão direta do Estado, contra todas as formas de privatizações e terceirizações, reiterando o texto constitucional que define a saúde como um direito e como uma Política Pública inserida num projeto de nação que tenha como pilares a democracia, a soberania nacional, o desenvolvimento econômico e sustentável e as liberdades civis e políticas.

► **Fortalecer e qualificar a Atenção Primária de Saúde (APS)** através da revisão da Política Nacional de Atenção Básica, aprovada no governo ilegítimo de Temer. Importante enfatizar a Estratégia de Saúde da Família (ESF), de modo a garantir equipe completa por território respeitando o limite populacional para cada unidade, garantindo a ampliação de seu financiamento, fortalecendo as Políticas Públicas de Promoção à Saúde e a atenção básica com equipe multipro-

fissional; cumprimento do Programa Saúde da Mulher à nível Federal, bem como modelo de atenção centrado nas pessoas e territórios organizados em redes assistenciais ancorados na APS, como elemento coordenador/ordenador do sistema, garantindo integralidade dos cuidados; e cobertura da ESF para 100% da população, fortalecendo as ações da atenção básica com equipes multidisciplinares que possam dedicar mais tempo para cada território adscrito.

► **Fortalecimento da Política Nacional da Assistência Farmacêutica,**

a fim de garantir abastecimento de medicamentos e insumos diante das ameaças da EC 95, afastando também qualquer projeto de privatização do serviço que envolva compra, distribuição e dispensação; ampliar lista de medicamentos fornecidos a nível Federal, elaborando uma proposta de divulgação de ações e programas para as usuárias e usuários do SUS na mídia, assim como garantir através das Políticas de Saúde manutenção do acesso aos serviços de medicação de alto custo e tratamento fora do domicílio e consultas de especialidades que não são ofertadas pelo SUS, incluindo o Farmacêutico na Política Nacional de Atenção Básica, de forma a garantir Assistência Farmacêutica Integral.

► **Garantir a valorização** das trabalhadoras e dos trabalhadores da saúde, com a criação de planos de carreira financiados pelo governo federal; fortalecer as políticas e programas federais, estaduais e municipais de fixação de profissionais no interior do país e localidades com vazios assistenciais; e o financiamento do piso salarial para todas as categorias de profissionais de saúde e que a União tenha a responsabilidade pelo pagamento e a substituição dos processos seletivos por concursos públicos em todas as instâncias do SUS.

► **Fortalecer os programas de saúde** do trabalhador e da trabalhadora para garantir condições de trabalho adequadas as trabalhadoras e trabalhadores do setor público e privado, evitando assim doenças ocupacionais e acidentes, assegurando a oferta de equipe técnica especializada em saúde do trabalhador para identificar agravos, ofertando educação permanente e suporte técnico periódicos a todos os municípios, além de disponibilizar maior número de auditores do Ministério do Trabalho para avaliação e emissão de Laudo de Insalubridade dos profissionais da Saúde.

## | Eixo 2 | Consolidação do SUS ►

► **Fortalecer o Controle Social,** com ampla divulgação das ações dos diversos Conselhos de Saúde e dos Serviços de Saúde, através de boletins informativos, redes sociais, incentivando a mobilização da sociedade na construção, formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas, garantindo a criação e implementação dos conselhos locais de saúde nas Unidades Básicas de Saúde, ampliando o acesso da população a informação e o conhecimento de seus direitos (SUS); realizar a implantação de um projeto pedagógico de educação no ensino básico, efetivando um programa nacional de formação e suporte para os Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde e garantir a capacitação de conselheiras e conselheiros a cada 02 (dois) anos; e garantir a participação dos conselhos de saúde e conferências de saúde, em todas as suas esferas, na definição das políticas públicas de saúde, legitimando e fortalecendo a participação popular no processo decisório.

► **Garantir, fortalecer e fazer cumprir a Constituição Federal e as leis** que amparam a permanência dos CAPS e demais serviços substitutivos de saúde mental nos municípios, para pessoas com transtornos mentais incluindo as usuárias e os usuários de álcool e outras drogas, conforme a Lei 10.216/01, baseada nos princípios e diretrizes do SUS, da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial e da Redução de Danos, assegurando ao cidadão com transtorno mental e/ou necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas uma rede de serviços essencialmente pública, estatal, universal, equânime, laica e em liberdade.

► **Implementar e consolidar a política de saúde integral das mulheres,** assegurando os seus direitos sexuais e reprodutivos, com acesso desburocratizado ao planejamento reprodutivo, respeitando o protagonismo e a autonomia da mulher de acordo com a Política Nacional de Humanização.

► **Implementar um sistema informatizado nacional com todas as informações** das usuárias e dos usuários do SUS, evitando desperdício de recursos e possibilitando a otimização da assistência e garantir a efetivação do prontuário eletrônico integrado entre a atenção básica e a média e alta complexidade para maior resolutividade e agilidade no atendimento ao cidadão.

▶ **Reafirmar a saúde como direito universal e integral e dever do Estado**, destinando 10% (dez por cento) das receitas correntes brutas da União ou equivalente, assegurando financiamento estável com definição de novas fontes de financiamento, exigindo que os recursos vinculados à saúde em nível federal sejam efetivamente utilizados na saúde e não desviados para outros fins, rejeitando a permanência da Desvinculação de Receitas da União (DRU), da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e garantindo a vinculação das receitas orçamentárias da saúde.

▶ **Lutar pela auditoria da dívida pública, pela revogação da Emenda Constitucional 95** que congelou o orçamento da saúde por 20 anos, e por uma **reforma tributária** que garanta a contribuição sobre grandes fortunas e grandes heranças.

▶ **Fortalecer, atualizar e ampliar os valores de financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica**, relativo aos repasses estaduais e federais, atualizando os repasses aos municípios, garantindo o abastecimento de medicamentos e insumos Básicos nas Unidades, e atualizar e ampliar valores do Componente especializado, em quantidades necessárias às demandas de saúde da população.

▶ **Aumentar a verba destinada à Política Nacional de Saúde Mental**, extinguindo o financiamento pelo SUS e por outras políticas públicas às comunidades terapêuticas bem como do Programa Aliança Pela Vida ou similares, redirecionando seus recursos para a rede substitutiva de saúde mental, álcool e outras drogas.

## **Nessa direção, defendemos ainda ▶**

▶ A resistência contra todo o processo de mercantilização da vida, expresso, entre outras pelas propostas de privatização da saúde, educação e de bens comuns, como a água;

▶ As liberdades democráticas, os direitos sociais, bem como o patrimônio e a soberania nacional frente aos interesses imperialistas;

▶ A constituição de uma frente em defesa das liberdades democráticas e dos direitos conquistados, com vista sua ampliação;

▶ A reorganização da classe trabalhadora na construção de um projeto próprio que atenda seus interesses.

**NENHUM SERVIÇO DE SAÚDE A MENOS!**

**NENHUM TRABALHADOR DE SAÚDE A MENOS!**

**NENHUM DIREITO SOCIAL CONQUISTADO A MENOS!**

**NENHUMA LIBERDADE DEMOCRÁTICA A MENOS!**

**JULHO | 2019 ▶ FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE**

**Entre em contato com a Frente! VENHA FAZER PARTE DESTA LUTA!**

▶ [www.contraprivatizacao.com.br](http://www.contraprivatizacao.com.br)

▶ [facebook.com/contraprivatizacao](https://facebook.com/contraprivatizacao)